

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT06.006

LITERATURA INDÍGENA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA EM ESCOLAS PÚBLICAS DO ACRE

Djalma Barboza Enes Filho¹

RESUMO

Este estudo investiga a literatura indígena brasileira contemporânea para a infância no contexto do ensino fundamental, um tema de grande relevância para pesquisadores e povos indígenas. A literatura indígena representa uma expressão autêntica das vozes originárias, contribuindo para o fortalecimento e a divulgação da produção escrita indígena, além de promover a formação cultural de alunos indígenas e não indígenas. O objetivo geral da pesquisa é analisar o ensino da literatura indígena nos anos iniciais do ensino fundamental em escolas públicas do município de Cruzeiro do Sul, Acre. O estudo fundamenta-se em autores da área das relações étnico-raciais, como Bonin (2010; 2012; 2014), Bergamaschi (2010; 2012; 2015) e Debus (2010; 2017), e em estudiosos da literatura indígena, como Brito (2013; 2016), Dorrico (2018; 2020), Graúna (2013), Jekupé (2009; 2015; 2020), Munduruku (2009; 2012; 2017), Thiél (2012) e Krenak (2019; 2020), entre outros. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e caráter descritivo, com levantamento de dados realizado por meio de pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com três professores dos anos iniciais do ensino fundamental. A análise dos dados envolveu a descrição do acervo de livros da escola, o planejamento docente e as falas dos participantes. Os resultados indicam que ainda há desafios signi-

1 Professor e pesquisador da Universidade Federal do Acre (UFAC), Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), djalma.filho@ufac.br.

ficativos para a inclusão da literatura indígena no ambiente escolar, tais como a formação dos professores, o desconhecimento da produção indígena brasileiras e do acervo literário da escola. Além disso, apesar da obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena estabelecida pela Lei 11.645/2008, os planejamentos pedagógicos nem sempre contemplam a literatura infantil indígena.

Palavras-chave: Literatura Indígena, Povos Indígenas, Leitura Literária, Lei 11.645/2008.

INTRODUÇÃO

A literatura indígena brasileira contemporânea para a infância tem emergido como um campo de produção e estudo que propõe deslocamentos significativos no modo como se compreendem as vozes, narrativas e epistemologias dos povos originários no Brasil. Ao longo das últimas décadas, o aumento da produção escrita por autores indígenas tem provocado reflexões não apenas sobre a autoria e a estética desses textos, mas também sobre os modos como eles circulam, são recebidos e inseridos nos contextos escolares, especialmente na educação básica. Tal fenômeno ganha ainda mais relevância diante da promulgação da Lei nº 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena em todas as etapas da educação básica.

A literatura indígena rompe com os estereótipos que por muito tempo marcaram a representação dos povos indígenas na literatura canônica brasileira (DORRICO, 2020). Trata-se de uma produção que afirma territorialidades, cosmovisões e saberes plurais, articulando ancestralidade e contemporaneidade, memória e resistência. Djalma Enes Filho (2023) destaca que essa literatura não apenas rompe com a imagem estereotipada atribuída aos indígenas, mas também se apresenta como instrumento de resistência e afirmação identitária. Sua inserção no currículo escolar permite que novas epistemologias ganhem espaço, contribuindo para o reconhecimento das histórias, línguas, valores e modos de vida dos povos originários, frequentemente silenciados pelos projetos coloniais.

Nesse sentido, a presença da literatura indígena nos anos iniciais do ensino fundamental revela-se como um importante instrumento para a formação de leitores sensíveis às pluralidades étnicas e culturais do país. O trabalho com esse tipo de literatura contribui não apenas para a valorização da identidade dos estudantes indígenas, mas também para a construção de uma educação intercultural, que reconhece e respeita as diferenças como elementos constitutivos do processo educativo (BERGAMASCHI, 2012). Além disso, o ensino da literatura indígena, enquanto

prática pedagógica crítica, possibilita desenvolver um olhar mais atento às questões sociais e históricas que permeiam as relações étnico-raciais no Brasil, ressignificando o papel da escola na formação de sujeitos conscientes e engajados.

Este estudo parte da compreensão de que a literatura de autoria indígena representa uma forma legítima de expressão cultural, política e pedagógica, que deve ser valorizada nas escolas não apenas como cumprimento da legislação, mas como um caminho para o fortalecimento da identidade dos estudantes e o enfrentamento do racismo estrutural. A pesquisa desenvolvida teve como objetivo principal analisar o ensino da literatura indígena nos anos iniciais do ensino fundamental em escolas públicas do município de Cruzeiro do Sul, Acre, a partir da escuta de professores atuantes e da análise do acervo e dos planejamentos escolares. A investigação contribui para o campo dos estudos sobre letramento literário e educação para as relações étnico-raciais, especialmente em contextos amazônicos.

A metodologia adotada foi qualitativa, de natureza descritiva. O trabalho envolveu a realização de entrevistas semiestruturadas com três professoras dos anos iniciais, análise documental dos planejamentos pedagógicos e verificação da presença de obras de autoria indígena nos acervos das escolas. Essa estratégia metodológica permitiu compreender as concepções docentes, os desafios enfrentados e a distância entre discurso e prática em relação ao ensino da literatura indígena.

A análise dos dados foi organizada em torno de três grandes categorias: conhecimento e concepções docentes sobre a literatura indígena; desafios para a inserção da literatura indígena na prática pedagógica; e a distância entre o discurso e a prática escolar. Os resultados evidenciam que, embora haja reconhecimento da importância da literatura indígena para a formação dos estudantes, sua efetiva inserção nas práticas escolares é atravessada por entraves estruturais, políticos e formativos, como a ausência de formação específica, a fragilidade dos acervos escolares, a

limitação de tempo pedagógico e a persistência de uma visão limitada sobre a diversidade indígena.

As discussões desenvolvidas ao longo do trabalho apontam para a urgência de políticas públicas mais efetivas, que articulem a formação inicial e continuada dos professores, a ampliação dos acervos com obras produzidas por escritores indígenas e o acompanhamento pedagógico que favoreça a implementação efetiva da Lei 11.645/2008 de forma crítica e transformadora. Conclui-se que o ensino da literatura indígena nas escolas públicas do Acre, em especial nos anos iniciais, ainda se encontra em estágio incipiente, demandando investimento estrutural, pedagógico e epistemológico para que possa efetivamente contribuir com a valorização da diversidade étnica, o reconhecimento dos povos originários e a construção de uma educação plural, democrática e intercultural.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa e um estudo de cunho descritivo, voltada à compreensão das práticas docentes relacionadas ao uso da literatura indígena brasileira contemporânea no ensino da leitura nos anos iniciais do ensino fundamental. A opção pela abordagem qualitativa justifica-se por seu potencial em apreender os significados atribuídos pelos sujeitos às suas práticas, possibilitando uma análise mais densa e contextualizada dos fenômenos educacionais investigados. Conforme destacam Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa prioriza o estudo dos significados, dos processos e das relações estabelecidas entre os sujeitos em contextos específicos, buscando compreender como estes constroem sentidos a partir de suas experiências cotidianas.

A investigação foi realizada em três escolas públicas do município de Cruzeiro do Sul, no estado do Acre, localizadas na região do Vale do Juruá, território amazônico caracterizado por ampla diversidade étnica e cultural, incluindo significativa presença de povos indígenas. A escolha desse

contexto justifica-se pela escassez de pesquisas empíricas que abordem a efetiva inserção da literatura indígena nas escolas da região, bem como pela importância de compreender como os dispositivos legais e curriculares, como a Lei nº 11.645/2008, vêm sendo operacionalizados nos espaços escolares amazônicos.

Como instrumentos de levantamento de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três professores atuantes nos anos iniciais do ensino fundamental. As entrevistas seguiram um roteiro com questões abertas, que buscavam explorar o conhecimento dos docentes sobre a literatura indígena, suas práticas pedagógicas, percepções, desafios e estratégias adotadas para o trabalho com essa temática. A opção pela entrevista semiestruturada permitiu um diálogo flexível e aprofundado, favorecendo a emergência de aspectos não previstos inicialmente e ampliando a compreensão do objeto de estudo.

Além das entrevistas, foram analisados documentos pedagógicos fornecidos pelos professores, como planejamentos de ensino e outros materiais utilizados nas atividades escolares. Também foi realizada observação direta dos espaços escolares, com atenção especial aos acervos literários disponíveis nas bibliotecas e nas salas de aula, com o objetivo de verificar a presença de obras de autoria indígena, especialmente aquelas distribuídas por programas federais como o PNLD Literário e o PNBE. Essa triangulação de fontes, entrevistas, documentos e observações, possibilitou uma análise mais consistente e ampla da realidade investigada, favorecendo a compreensão das múltiplas dimensões que envolvem a presença ou ausência da literatura indígena nas práticas de leitura escolar.

Os dados levantados foram organizados e analisados à luz da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), sendo as falas das docentes e os documentos interpretados a partir de categorias temáticas emergentes. A construção dessas categorias ocorreu com base na recorrência de sentidos e significados expressos pelos participantes e nas informações presentes nos registros documentais. O processo de análise permitiu a identificação de três eixos centrais: conhecimento e

concepções docentes sobre a literatura indígena, desafios para a inserção da literatura indígena na prática pedagógica, e a distância entre o discurso e a prática escolar.

Ao adotar esse percurso metodológico, o estudo buscou compreender as complexidades envolvidas na presença da literatura indígena nas escolas públicas da Amazônia ocidental, contribuindo para o debate sobre o ensino das relações étnico-raciais e a valorização das produções culturais dos povos originários no currículo da educação básica. A escuta atenta dos professores e a análise dos materiais escolares permitiram não apenas mapear o cenário atual, mas também indicar caminhos possíveis para a consolidação de uma educação mais plural, inclusiva e comprometida com a diversidade cultural brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar o trabalho com a literatura indígena no ensino da leitura em escolas públicas do município de Cruzeiro do Sul, Acre. A análise dos dados obtidos a partir de entrevistas com docentes que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, sendo uma professora de uma turma do 4º ano e dois professores de turmas do 5º ano, e da observação de documentos escolares permitiu a organização dos resultados em três eixos temáticos centrais: o conhecimento e as concepções docentes sobre a literatura indígena; os desafios para a inserção dessa literatura na prática pedagógica; e a distância entre o discurso e a prática escolar no tocante à presença e uso da literatura indígena nas escolas.

Antes de apresentarmos os resultados organizados nas três categorias, cabe ressaltar brevemente o contexto histórico e conceitual da literatura indígena brasileira contemporânea, que emerge como um campo de produção profundamente articulado às lutas históricas dos povos originários pela preservação de suas culturas, línguas e territórios. “Essa produção literária atua como um instrumento de resistência cultural e política, per-

mitindo que autores indígenas reivindiquem seus direitos, denunciem as injustiças sofridas ao longo da história e reafirmem suas identidades culturais” (ENES FILHO, 2025, p. 2). Trata-se de uma manifestação literária que carrega em sua essência os valores ancestrais, as práticas orais, as cosmologias próprias e os modos de existir dos diferentes povos indígenas, tensionando, assim, a lógica colonial ainda presente no currículo escolar.

Conforme observa Djalma Enes Filho (2025), essa literatura não apenas rompe com a imagem estereotipada e exótica atribuída aos indígenas pela tradição canônica, como também se constitui como um potente instrumento de resistência, afirmação identitária e reconstrução histórica. Ao promover o encontro entre oralidade e escrita, tradição e contemporaneidade, a literatura indígena brasileira inscreve-se como parte fundamental de um projeto político-pedagógico comprometido com a valorização da diversidade étnico-racial, contribuindo para a formação de uma consciência crítica nas escolas e para a promoção de práticas educativas mais justas, plurais e inclusivas.

De acordo com Krenak (2019, p. 31), “a escrita indígena é uma extensão da oralidade”, pois nela a palavra escrita ainda carrega a densidade simbólica do dito e do vivido. Tal perspectiva altera a compreensão tradicional de literatura como mera ficção, deslocando-a para um campo ético, político e epistemológico, em que a escrita é também território. Já Graça Graúna (2013, p. 124) defende que a literatura indígena “tem a ver com o compromisso com a palavra, que é também ancestralidade e pertencimento”, e é por isso que não pode ser reduzida aos critérios estéticos da literatura ocidental. Como salienta Enes Filho (2023), essa produção deve ser compreendida em sua pluralidade e enraizamento coletivo, pois a autoria indígena é, muitas vezes, uma construção comunitária.

Apesar das políticas públicas voltadas à diversidade, especialmente com a promulgação da Lei 11.645/2008, o acesso e a valorização da literatura indígena nas escolas ainda se mostram limitados. Como destaca o pesquisador Djalma Barboza Enes Filho (2023), a literatura indígena tem sido incluída nos currículos escolares de forma superficial e, por vezes,

marcada por abordagens estereotipadas. Nesse contexto, os resultados da pesquisa apontam tensões, limitações e possibilidades em torno da presença da literatura indígena no cotidiano escolar, a começar pelas concepções dos próprios professores.

CONHECIMENTO E CONCEPÇÕES DOCENTES SOBRE A LITERATURA INDÍGENA

A análise das entrevistas realizadas com professores dos anos iniciais do ensino fundamental, em escolas públicas de Cruzeiro do Sul-Acre, revelou que o conhecimento e as concepções docentes sobre a literatura indígena brasileira ainda são marcados por lacunas significativas. Embora os professores reconheçam a importância da temática indígena no currículo escolar, especialmente em consonância com a Lei nº 11.645/2008, que torna obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino, esse reconhecimento não é acompanhado por uma compreensão clara sobre o que constitui a literatura indígena brasileira contemporânea e quais são suas especificidades no cenário educacional.

De maneira geral, os dados revelam imprecisões conceituais recorrentes, sendo comum a confusão entre literatura indígena, aquela produzida por autores indígenas, fundamentada em suas tradições, cosmovisões, valores e línguas, e a literatura sobre indígenas, geralmente escrita por não indígenas a partir de uma perspectiva externa. Essa distinção, embora crucial para o trabalho pedagógico sério com a temática, ainda não está consolidada no discurso e na prática dos docentes. Como salienta Graúna (2013), há um abismo entre o que se conhece como literatura indígena e o que se ensina como tal nas escolas, o que aponta para a permanência de uma visão exótica dos povos originários no espaço escolar.

Alguns docentes demonstraram compreender a literatura indígena como livros que “falam sobre os índios”, sem se atentarem para o fato de que essa produção, quando não protagonizada por sujeitos indíge-

nas, tende a reforçar estereótipos coloniais, conforme também denuncia Graúna (2013). A ausência de clareza conceitual compromete o reconhecimento da literatura indígena como uma manifestação literária autêntica, vinculada à oralidade, à ancestralidade e às epistemologias próprias dos povos originários.

Nesse sentido, autores como Daniel Munduruku (2019) têm insistido que a literatura indígena nasce da oralidade, mas ao transitar para a escrita não perde seus vínculos com os modos próprios de existência e de transmissão de saberes dos povos indígenas. Ela não se reduz a narrativas exóticas ou folclóricas, mas constitui uma literatura com função educativa, política e identitária. Como afirma o autor, “Aliteratura indígena é antes de tudo um ato de resistência cultural, uma reexistência frente aos apagamentos da história oficial”. (MUNDURUKU, 2019, p. 12).

Embora todos os professores entrevistados reconheçam a relevância da valorização da cultura indígena no espaço escolar, poucos demonstraram familiaridade com obras de autoria indígena, sendo Daniel Munduruku o nome mais citado, geralmente de forma genérica, sem referência a títulos ou propostas pedagógicas concretas. Outros autores como Eliane Potiguara, Olívio Jekupé, Cristino Wapichana e Graça Graúna foram pouco ou não mencionados, o que evidencia a fragilidade na formação docente sobre o tema. A esse respeito, é possível constatar que

A literatura indígena brasileira é um fenômeno recente, mas com grande repercussão nacional, pois já é possível identificar uma enorme quantidade de escritores indígenas com diversas publicações, e muitos livros podem ser encontrados em livrarias virtuais, como a Livraria Maracá, que divulga e vende livros de diversos autores indígenas, e livrarias físicas, além de sites de venda.

Disponíveis à venda, tanto no formato digital quanto impresso, são divulgados em páginas de alguns escritores, blogs, redes sociais. Alguns desses livros, principalmente dos autores mais conhecidos, estão presentes em escolas públicas e em algumas poucas bibliotecas espalhadas pelo território nacional. (ENES FILHO, 2023, p. 31).

Apesar dessa enorme quantidade de publicações de autoria indígena, ela continua desconhecida por grande parte da população. Essa constatação corrobora a análise de Edson Brito, escritor indígena conhecido como Edson Kayapó (2020), ao argumentar que o desconhecimento sobre a autoria indígena reflete o apagamento sistemático da produção intelectual dos povos originários nos espaços escolares e acadêmicos. Tal invisibilidade é reforçada pela ausência de formações continuadas que promovam o contato efetivo dos professores com essa produção literária. De fato, a literatura indígena, ainda que presente fisicamente em alguns acervos escolares por meio dos programas de distribuição do PNLD, permanece ausente na prática pedagógica efetiva, muitas vezes sendo restrita a atividades pontuais em datas comemorativas, como o 19 de abril.

Essa abordagem pontual evidencia o que Enes Filho (2023) denomina de “inclusão por calendário”, uma prática que esvazia o potencial educativo da literatura indígena ao restringi-la a um recorte temporal e temático desvinculado da vida escolar cotidiana. Para que a proposta de uma educação intercultural se concretize, é necessário que essa literatura seja incorporada de maneira transversal ao currículo, dialogando com os diferentes componentes curriculares e contribuindo para o reconhecimento das identidades étnico-raciais dos estudantes.

Além disso, os dados também revelaram que, para alguns professores, a literatura indígena apresenta um grau de dificuldade elevado para os alunos dos anos iniciais, devido ao vocabulário específico e às referências culturais distintas. Tal percepção revela, em certa medida, uma concepção etnocêntrica de ensino, que considera a diferença cultural como obstáculo, e não como potência formativa. A esse respeito, Krenak (2019, p. 41) destaca que “ensinar é também aprender a escutar o outro e seus modos de existir”, o que implica reconhecer e valorizar a diversidade epistemológica presente nas produções indígenas. Iara Bonin (2013) contribui com essa discussão ao afirmar que a literatura indígena escrita por autores indígenas constitui uma forma de resistência e de reexistência, rompendo com a lógica de silenciamento das vozes originárias e pro-

pondo outros modos de ver e narrar o mundo. Para a autora, o trabalho com essa literatura exige uma escuta sensível e um deslocamento das práticas pedagógicas tradicionais, muitas vezes centradas na reprodução de conteúdos eurocentrados.

De igual modo, Enes Filho (2023) afirma que a literatura indígena não deve ser lida como um subgênero da literatura brasileira, mas como um sistema literário autônomo, dotado de categorias próprias, como a autoria coletiva, a forte presença da oralidade, a dimensão espiritual dos textos e o vínculo com os territórios e ancestralidades. Isso implica, necessariamente, uma reconfiguração das práticas de leitura e da própria formação leitora no ambiente escolar.

Diante desse cenário, a análise desta primeira categoria permite afirmar que o trabalho com a literatura indígena nas escolas ainda se depara com barreiras conceituais, epistemológicas e formativas que precisam ser enfrentadas. Não basta que os livros estejam nos acervos escolares; é imprescindível que os docentes estejam preparados para reconhecer e valorizar as especificidades dessa produção, compreendendo seu papel na formação ética, crítica e intercultural dos estudantes. A superação dessas lacunas passa, inevitavelmente, pela formação inicial e continuada dos professores, pelo fortalecimento das políticas de inclusão da literatura indígena no currículo e pelo compromisso pedagógico com a justiça social e a valorização dos povos originários.

DESAFIOS PARA A INSERÇÃO DA LITERATURA INDÍGENA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Ainda que a literatura indígena brasileira contemporânea venha ganhando visibilidade nos debates acadêmicos e em documentos oficiais, os dados da pesquisa revelam um distanciamento entre essa valorização discursiva e sua efetiva incorporação às práticas pedagógicas nas escolas da educação básica. Os desafios enfrentados pelos professores entrevistados para inserir a literatura indígena em sua atuação cotidiana são

múltiplos e complexos, envolvendo aspectos que vão desde a formação docente até a estrutura institucional das escolas.

Um dos principais obstáculos identificados diz respeito à ausência de formação inicial e continuada que contemple, de maneira crítica e aprofundada, os estudos sobre a produção literária indígena e sua inserção no campo educacional. Os docentes apontaram que, mesmo após a promulgação da Lei nº 11.645/2008, não houve um movimento sistemático de capacitação que lhes proporcionasse o conhecimento necessário para trabalhar com essa literatura de forma contextualizada e respeitosa. Como afirma Enes Filho (2023), “a ausência de políticas públicas estruturadas de formação docente que deem conta da especificidade da literatura indígena compromete sua presença efetiva nas escolas” (p. 9). Isso reforça a crítica de que muitas vezes a aplicação da lei se restringe a um cumprimento formal, sem um compromisso real com a transformação das práticas pedagógicas.

Outro desafio recorrente diz respeito à escassez ou inadequação de materiais didáticos nas escolas. Embora existam obras de autores indígenas nos acervos escolares, a quantidade é reduzida e os professores relatam dificuldades em identificá-las ou em compreender seus potenciais pedagógicos. Muitas vezes, essas obras permanecem subutilizadas, seja por falta de conhecimento dos educadores sobre sua autoria e conteúdo, seja pela ausência de propostas metodológicas que auxiliem no trabalho com tais textos. Como destaca Edson Brito (Kayapó) (2020), o desconhecimento sobre a literatura indígena e seus autores decorre de um processo histórico de invisibilização das vozes originárias nos espaços escolares, perpetuando uma lógica colonial que marginaliza epistemologias não hegemônicas. Nesse sentido

se faz necessário que as políticas públicas para aquisição dos livros produzidos pelos escritores indígenas precisam ser mais efetivas para que a Lei possa cumprir o seu papel que é de fundamental importância para que a cultura indígena possa ser inserida na escola e valorizada pela sociedade. (ENES FILHO, 2023, p. 198).

Além disso, as práticas pedagógicas ainda são, em grande medida, orientadas por uma visão curricular eurocentrada e conteudista, que privilegia a literatura ocidental e suas formas canônicas em detrimento das produções culturais de matrizes não brancas. A dificuldade em reconhecer a literatura indígena como parte legítima do sistema literário nacional revela o quanto o currículo permanece preso a uma lógica assimilacionista, que pouco espaço oferece para a interculturalidade crítica. Enes Filho (2023) argumenta que o reconhecimento da literatura indígena como um sistema literário autônomo exige uma ruptura com os paradigmas eurocentrados que historicamente definiram o que é literatura e quem pode produzi-la.

Outra dimensão importante dos desafios enfrentados refere-se às representações cristalizadas sobre os povos indígenas. Muitos professores ainda concebem os indígenas como sujeitos do passado, ligados à natureza de forma mística, ou como símbolos folclóricos apropriados apenas em datas comemorativas, como o 19 de abril. Essa visão estereotipada, como aponta Enes Filho (2023), compromete a abordagem pedagógica da literatura indígena, pois reduz sua potência a uma caricatura do “índio genérico”, desconsiderando a diversidade cultural, linguística e política dos mais de 300 povos indígenas existentes no Brasil.

Soma-se a isso a insegurança pedagógica demonstrada pelos docentes, especialmente no que se refere ao uso de terminologias, à condução de debates em sala de aula e ao medo de “falar algo errado”. Essa insegurança decorre não apenas da falta de formação, mas também da ausência de uma cultura escolar que valorize a escuta sensível e o diálogo intercultural como práticas educativas. Como enfatiza Ailton Krenak (2019), é necessário “aprender a escutar o outro e seus modos de existir” (p. 41), o que exige uma postura pedagógica aberta à alteridade e comprometida com a justiça social.

Por fim, os resultados indicam que a literatura indígena ainda não é incorporada de maneira orgânica ao projeto político-pedagógico das escolas, sendo trabalhada de forma isolada, fragmentada e muitas vezes

desvinculada das demais áreas do conhecimento. Isso evidencia a necessidade de avançar para uma abordagem interdisciplinar e transversal, que articule a literatura indígena com temas como identidade, território, sustentabilidade, linguagem, história e cidadania. Como afirma Bonin (2013), a literatura indígena deve ser compreendida como um campo que transcende os limites da arte pela arte, sendo também um instrumento de formação crítica, política e ética.

Dessa forma, os desafios para a inserção da literatura indígena na prática pedagógica não se limitam à dimensão organizativa do ensino, mas dizem respeito a um conjunto de fatores estruturais, epistemológicos e ideológicos que configuram o espaço escolar como território de disputa simbólica. Superar tais desafios requer um investimento contínuo em formação docente, políticas públicas de incentivo à produção e circulação de obras indígenas, reorganização curricular e, sobretudo, uma mudança de paradigma educacional comprometida com a valorização da diversidade e com a construção de uma escola verdadeiramente democrática e intercultural.

A DISTÂNCIA ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA ESCOLAR

A análise da terceira categoria evidencia uma contradição recorrente nas escolas investigadas: embora haja um discurso positivo e, em certa medida, entusiástico em relação à importância da literatura indígena, a prática pedagógica efetiva ainda está distante daquilo que se preconiza nos documentos oficiais e na legislação educacional. Os docentes reconhecem a relevância de abordar a temática indígena e afirmam valorizar a diversidade cultural, mas tais princípios não se concretizam de forma sistemática no cotidiano escolar.

Essa dissociação entre o que se diz e o que se faz não é um fenômeno isolado, mas reflete uma dinâmica comum em contextos educativos marcados por sobrecarga de demandas, ausência de políticas estruturantes de formação e escassez de tempo e recursos. Como observa Enes Filho

(2023), o campo educacional frequentemente reproduz discursos sem necessariamente promover práticas pedagógicas condizentes com tais discursos, o que fragiliza as possibilidades de transformação efetiva.

No caso específico da literatura indígena, a distância entre o discurso e a prática é agravada pela forma como o tema é frequentemente tratado de maneira superficial, pontual e desvinculada das propostas pedagógicas planejadas ao longo do ano letivo. A maior parte dos professores entrevistados associou o trabalho com a literatura indígena a datas comemorativas, especialmente ao “Dia do Índio” (19 de abril), o que aponta para uma abordagem estereotipada, desprovida de continuidade e profundidade crítica. Segundo Enes Filho (2023), o estudo da literatura indígena nas escolas não pode ser encarado como uma pauta periódica, pois ela carrega uma densidade histórica, cultural e política que exige um trabalho pedagógico contínuo e comprometido.

Essa lógica de “inclusão por calendário”, como denunciam os autores acima, reduz a complexidade da produção literária indígena a atividades simbólicas de baixo impacto formativo, como a confecção de cocares ou a reprodução de estereótipos visuais e linguísticos. Em vez de provocar deslocamentos epistemológicos e questionamentos éticos, a presença da temática indígena na escola, muitas vezes, acaba reforçando visões coloniais e homogeneizantes.

Outro elemento que reforça essa distância entre intenção e ação é o planejamento pedagógico. Apesar de reconhecerem a importância da temática, os docentes raramente a inserem como conteúdo estruturante em seus planejamentos. Em alguns casos, a literatura indígena sequer é mencionada nas propostas didáticas ou aparece apenas como sugestão opcional, sem garantia de implementação. Isso demonstra que o discurso da diversidade não está incorporado às práticas curriculares com intencionalidade e compromisso político.

A distância entre discurso e prática também se manifesta na leitura que os professores fazem de seus próprios contextos escolares. Muitos reconhecem a presença de estudantes indígenas em suas turmas, sobre-

tudo em escolas situadas em regiões próximas a comunidades tradicionais, mas não articulam essa presença à necessidade de valorização das vozes, saberes e produções desses povos. Como destaca Graça Graúna (2013), a escola precisa “rever seus modos de ver e de dizer o outro” (p. 121), superando a invisibilização histórica das identidades indígenas e promovendo uma escuta ativa e transformadora.

Além disso, os dados da pesquisa apontam que a literatura indígena, quando trabalhada, é frequentemente tratada como “conteúdo extra” e não como parte integrante das áreas do conhecimento. Isso revela um currículo fragmentado, em que o respeito à diversidade não é transversalizado, mas segmentado e periférico. Bonin (2013) observa que “a interculturalidade crítica pressupõe a inserção da diversidade como eixo estruturante do projeto político-pedagógico e não como apêndice decorativo” (p. 98).

Por fim, a própria autoavaliação dos docentes entrevistados indica certo incômodo com essa lacuna entre suas convicções e suas ações. Alguns expressaram o desejo de trabalhar mais com a literatura indígena, mas apontaram limitações como a falta de tempo, de materiais de apoio, de formação e de respaldo institucional. Esses depoimentos revelam que os professores não são indiferentes à pauta, mas enfrentam um sistema educacional que ainda não oferece as condições necessárias para que a interculturalidade se efetive como prática educativa emancipadora.

Superar essa distância entre discurso e prática requer, portanto, o fortalecimento da formação docente, a revisão crítica dos currículos escolares, o engajamento das equipes gestoras e o compromisso coletivo com a construção de uma educação que reconheça, valorize e promova a diversidade de saberes presentes na sociedade brasileira. Como conclui Krenak (2019), “nossa humanidade está ligada à capacidade de reconhecer o outro como parte do que somos” (p. 59). E essa capacidade se constrói, também, por meio da escuta sensível e do trabalho com as palavras que vêm das florestas, dos rios e dos povos que sustentam, com sua memória e resistência, a história viva do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa desenvolvida junto a professores dos anos iniciais do ensino fundamental, em escolas públicas do município de Cruzeiro do Sul –Acre, evidenciam importantes contribuições para a compreensão do lugar da literatura indígena no cotidiano escolar. Ainda que haja, entre os docentes, um discurso de valorização da temática indígena e da diversidade cultural, a análise das entrevistas revelou que esse reconhecimento não tem se materializado em práticas pedagógicas efetivas, contínuas e fundamentadas.

No que diz respeito ao conhecimento e às concepções docentes, observou-se um déficit formativo que impacta diretamente o trabalho com a literatura indígena. Os professores demonstraram dificuldade em diferenciar a literatura indígena, produzida por autores indígenas, a partir de suas epistemologias, cosmovisões e modos próprios de narrar, da literatura sobre indígenas, que muitas vezes reforça estereótipos e uma visão eurocentrada da cultura dos povos originários. Essa confusão conceitual está diretamente relacionada à ausência de formação específica, tanto inicial quanto continuada, sobre a temática, o que reforça a importância de políticas públicas que promovam o acesso dos docentes à produção teórica e literária indígena.

A pesquisa também permitiu identificar desafios concretos para a inserção da literatura indígena na prática pedagógica. Entre eles, destacam-se a escassez de materiais de apoio didático com abordagens críticas e interculturais, o uso pontual dessa literatura em datas comemorativas e a ausência de articulação entre os conteúdos curriculares e as produções de autores indígenas. Como mostram os dados, o trabalho com a literatura indígena tende a ser esporádico e descontextualizado, o que compromete sua potência formativa.

A terceira categoria analisada revelou, ainda, uma nítida distância entre o discurso dos professores e suas práticas pedagógicas. Embora declarem reconhecer a importância da literatura indígena, os docentes

não a incorporam de forma sistemática aos seus planejamentos e às ações de leitura desenvolvidas em sala de aula. Tal lacuna indica que a presença da temática indígena no currículo escolar ainda depende muito mais do interesse individual do professor do que de uma política institucional consolidada.

Tais constatações reforçam a urgência de investimentos em formação continuada que aborde a literatura indígena não como mero complemento ao currículo, mas como um campo epistemológico autônomo, com produções que articulam oralidade, ancestralidade, resistência e reexistência. Conforme argumentam autores como Graça Graúna (2013), Daniel Munduruku (2019), Ailton Krenak (2019) e Enes Filho (2023), reconhecer e valorizar a literatura indígena é um passo fundamental para a construção de uma educação verdadeiramente intercultural, democrática e comprometida com a justiça social.

Além disso, os resultados deste estudo apontam a necessidade de que as escolas se engajem de maneira mais efetiva na construção de práticas pedagógicas que incorporem a literatura indígena como eixo estruturante do projeto político-pedagógico. Isso implica romper com a lógica da inclusão por calendário e assegurar que os acervos escolares não apenas contenham obras de autores indígenas, mas que estas sejam conhecidas, discutidas e apropriadas pelas equipes docentes como ferramentas para o ensino crítico da leitura, da linguagem e da história.

Do ponto de vista empírico, esta pesquisa oferece subsídios relevantes para a reflexão sobre o papel da escola na valorização das produções culturais dos povos indígenas e sobre a necessidade de desconstrução de práticas escolares que ainda reproduzem visões coloniais e estigmatizadas. Em termos de aplicabilidade, os dados obtidos podem orientar a formulação de políticas públicas educacionais mais sensíveis à diversidade étnico-racial, especialmente no que se refere à formação docente e à gestão dos acervos escolares.

Por fim, abre-se um horizonte para novas investigações que aprofundem o debate sobre a presença da literatura indígena nas escolas

brasileiras. Estudos que incluam a escuta de estudantes indígenas, a análise de livros didáticos e a avaliação das formações docentes oferecidas pelas redes de ensino podem contribuir para ampliar o diagnóstico aqui delineado e fomentar ações transformadoras no campo da educação.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GOMES, Luana Barth. **A temática indígena na escola: ensaios de educação intercultural**. Cidade, Círculo sem Fronteiras, v. 12, n. 1, jan./abr, 2012.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; MEINERZ, Carla Beatriz; ANTUNES, Claudia Pereira. **Interculturalidade e educação das relações étnico-raciais: reflexões sobre a aplicação da lei 11.645/08 no rio grande do sul**. Periferia, Educação Cultura e Comunicação, v.7, n.1, p. 90-106, jan-jun 2015.

BONIN, Iara Tatiana; BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Povos ameríndios e educação: Apresentando e contextualizando o Tema**. Currículo sem Fronteiras, v.10, n.1, p. 5-11, Jan/Jun 2010.

BONIN, Iara Tatiana; SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. **A temática indígena em livros selecionados pelo PNBE: análises e reflexões**. Educação, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 329-339, set./dez. 2012.

BONIN, Iara Tatiana. **Literatura infantil de autoria indígena: diálogos, mezclas, deslocamentos**. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, p. 36-52, Jan/Abr 2012.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

ENES FILHO, Djalma. B. **Literatura indígena brasileira contemporânea para a Infância: uma escrita criativa e de resistência**. Tese de Doutorado - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Florianópolis, 2023.

ENES FILHO, Djalma Barboza; ENES, Sônia Elina Sampaio; SILVA, Pedro Lopes da. **Um Panorama da Literatura Indígena Brasileira Contemporânea**. Revista de Estudos Interdisciplinares, v. 7, n. 1, p. 01-20, 2025.

GRAÚNA, G. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte, Mazza, 2013.

BRITO, Edson. **A literatura indígena e o reencantamento dos corações**. In: LEETRA Indígena. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, Laboratório de Linguagens, 2013.

BRITO, Edson.; BRITO, Tamires. **A pluralidade étnico-cultural indígena no Brasil: o que a escola tem a ver com isso?**. Mneme - Revista de Humanidades, v. 15, n. 35, p. 38- 68, 17 out. 2015.

BRITO, Edson. **Identidade e literatura indígena: o encontro necessário na escola brasileira**. In: ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues (Org.). Das Margens. Rio Branco: Nepan Editora, 2016.

BRITO, Edson.; TERENA, N.; CANCELA, F. **Diga ao povo que avance**: - “Vançaremos”!. Abatirá - Revista de Ciências Humanas e Linguagens. Universidade do Estado da Bahia - UNEB, V.1, n.2, p. 50-52, Jul/Dez 2020.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUNDURUKU, D. **O caráter educativo do movimento indígena**. São Paulo: Paulinas, 2019.

PAIM, E. A. PINHEIRO, P. M.; PAULA, J. B. **Educação, relações etnicorraciais e colonização na práxis de professores/as**. Perspectiva. Florianópolis. Vol 37, n. 2, p. 437-452, abr./jun. 2019.

THIÉ L, J. **Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.